

Cuiabá-MT, 16 de abril de 2014

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quarta feira, 16 de abril de 2014

Edição nº 13870 16/04/2014

FALTA DE REMÉDIO

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Pacientes correm até risco de morte

Portadores de doença incurável, mas controlável, correm perigo pois falta o medicamento na farmácia pública de alto custo

ALECY ALVES
Da Reportagem

Em Cuiabá e outros municípios mato-grossenses, pacientes portadores de uma doença pulmonar grave, rara e sem cura, mas que pode ser controlada, correm riscos de morte pela falta de um medicamento que deveria ser fornecido pela farmácia pública de alto custo, o Bosentana 125mg.

Portadora de Hipertensão Arterial Pulmonar (HAP) desde 2011, dona Francisca Oliveira, de 48 anos, depende dessa medicação para sobreviver. Mesmo assim, há meses ela está sem o remédio e não tem nenhuma previsão sobre quando passará a recebê-la no Sistema Único de Saúde(SUS).



Na última vez que fez uso da medicação, dona Francisca dividia cada comprimido em duas doses, uma medida adotada por iniciativa própria, contrariando as recomendações médicas.

Situação similar enfrenta dona Ivonilda Nunes de Jesus, 49 anos, que recebeu o diagnóstico de HAP há quatro anos. Ivonilda conta que por falta do remédio já apresentou três crises, nas quais precisou ser internada emergencialmente.

A Bosentana foi incluída na lista de medicamentos de fornecimento obrigatório do SUS ano passado, através da portaria nº 53. Meses depois, inclusa no Protocolo Clínico das Diretrizes Terapêuticas da Hipertensão Arterial Pulmonar através da portaria nº 35, do Ministério da Saúde.

No Brasil, a estimativa é que essa é uma doença que atinge 10 mil pacientes. Não há dados específicos sobre Mato Grosso. Se não tratada com os recursos adequados e sem o medicamento, a HAP leva o portador à morte rapidamente.

Os sintomas muitas vezes são leves e comuns a outras enfermidades, como falta de ar, tontura, cansaço, sensação de aperto torácico, capacidade de exercício limitada e fadiga. Conforme a HAP se desenvolve, o fluxo sanguíneo pelas artérias pulmonares é restringido. O lado direito do coração é submetido à tensão crescente para bombear o sangue até os pulmões, e isso faz com que aumente de tamanho.

A pneumologista Solange Montanha, o Bosentana é um vasodilatador que controla a pressão da artéria pulmonar, sem o qual o paciente não pode ficar. “O uso contínuo é obrigatório para se preservar a vida dessas pessoas”, apela.

A especialista observa que tratar os pacientes em casa com esse medicamento é muito mais barato para a saúde pública. As internações, que se tornam frequentes quando estão sem o remédio, com certeza gera mais custos, completa.

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) informou que concluiu o processo de aquisição, mas a empresa fornecedora não dispõe do medicamento para pronta entrega. Por causa disso, segundo a assessoria de imprensa da SES, o Bosentana deve demorar pelo menos duas semanas para chegar.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quarta, 16 de abril de 2014, 08h38

Tamanho do texto A- A+

FILME ANTIGO

Estado atrasa repasse de R\$ 7 milhões em recursos para setor de saúde
Entre as cidades afetadas estão Rondonópolis, Terra Nova do Norte e Diamantino que sozinho, atinge um consórcio com 10 municípios da região.

ELIANA BESS

Marcos Lopes/HiperNotícias



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Repasse do setor de em Mato Grosso estão atrasados desde novembro de 2013. Os valores, segundo indicadores da Associação o Mato-grossense dos Municípios (AMM), já chegam a R\$ 7 milhões, dificultando ainda mais as ações na área.



Os repasses da saúde estão atrasados em Mato Grosso desde novembro do ano passado

O atraso envolve repasses de programas voluntários e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação de Consórcios Intermunicipais de Saúde (Paici). Entre as cidades afetadas estão Rondonópolis, Terra Nova do Norte e Diamantino, que sozinho atinge um consórcio com 10 municípios da região.

De acordo com Valdecir Colle, o "Chiquinho do Posto", presidente da AMM, o governo do Estado garantiu que vai resolver o impasse ainda em abril. "Estamos confiantes porque no ano passado ele se comprometeu em regularizar a situação e cumpriu o combinado quitando cerca de R\$ 45 milhões no primeiro e segundo semestre".

Valdir Colle garantiu que uma reunião deverá acontecer antes do final do mês entre a presidência da AMM, o governador Silval Barbosa e o secretário de Saúde, Jorge Lafetá, para acertar os repasses.

Essa não é a primeira vez que há atrasos nos repasses para o setor de saúde nos municípios. Em 2014, por exemplo, diversos prefeitos, principalmente das regiões sul e oeste procuraram várias vezes o governador Silva Barbosa. Em agosto do ano passado, o Estado fez repasse para poucos municípios.

Fonte: www.issuenoticia.com.br

COTIDIANO / RENOVAÇÃO

Quarta, 16 de abril de 2014, 11h10

Elevadores para pacientes do Pronto-Socorro estão sendo revitalizados

A renovação custará R\$ 243,4 mil

DA REDAÇÃO

Dentro dos próximos 150 dias, os dois elevadores existentes no Hospital e Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá (HPSMC) irão passar por um processo de revitalização e ficarão como novos. O contrato com a empresa Elevamat - Conservadora de Elevadores Ltda -, que irá realizar todo o processo, foi assinado na segunda-feira (14) pelo secretário municipal de Saúde, Werley Peres. A renovação custará R\$ 243,4 mil.

Luiz Alves



Hospital e Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá (HPSMC)

O diretor-administrativo da empresa Elevamat, Geraldo Barbacena, explicou que para a revitalização dos aparelhos será retirada toda a estrutura de caixa e porta, sendo aproveitados apenas os motores e as máquinas de tração. “O restante será tudo novo, tudo será trocado”, enfatizou.

De acordo com ele, os elevadores serão entregues na segunda quinzena de julho. Geraldo explicou o porquê de se fazer a revitalização dos elevadores e não a troca. “Além do custo maior e do trabalho que seria necessário, seria inviável, pois teríamos que parar o Pronto-Socorro, e isso não é possível. Todo o sistema do Pronto-Socorro teria que ficar inoperante, já que haveria a necessidade da adequação de obra civil,

fazer novos poços para os elevadores, adequar ao tamanho e tudo mais. E o custo seria quase três vezes maior. Para trocar os dois elevadores e toda a parte de obra custaria em torno de R\$ 600 mil”, concluiu.

Para o secretário Werley Peres, com a revitalização dos elevadores será sanado um problema que já se arrasta por mais de dez anos, que é o sucateamento dos equipamentos. “Agora iremos resolver este problema de uma vez por todas - e não será uma medida paliativa, será definitiva. O prazo para a revitalização não é curto, mas não há como fazer de outra forma e, mesmo assim, os usuários não ficarão desassistidos durante este período”, ressaltou.

Enquanto um dos elevadores estiver sendo revitalizado, o outro estará funcionando, até que possa ser substituído e também arrumado. Hoje, um dos elevadores está funcionando normalmente para o transporte de pacientes.

Fonte: www.issoenoticia.com.br

BRASIL / ASSUNTOS SOCIAIS

Quarta, 16 de abril de 2014, 12h30

CAS aprova dedução de IR para gastos com cuidador de idosos

Senador afirma que a atenção domiciliar tem muitas vantagens em relação à internação hospitalar

AGÊNCIA SENADO

Agência Senado

Os gastos com cuidadores domiciliares de idosos poderão ser descontados do Imposto de Renda de Pessoa Física, se for transformado em lei projeto aprovado nesta quarta-feira (16) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria ainda precisa passar pela análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de seguir para a Câmara dos Deputados.



Waldemir Moka: aumento da expectativa de vida tem ampliado procura por cuidador de idoso

O aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população tem ampliado a procura por cuidadores de idosos, conforme observa o autor do texto (PLS 57/2014), senador Waldemir Moka (PMDB-MS).

O senador, que é médico, afirma que a atenção domiciliar tem muitas vantagens em relação à internação hospitalar, além de proporcionar convívio familiar mais intenso. A prática, no entanto, exige gastos elevados, que podem desequilibrar o orçamento familiar, na opinião do autor.

Moka lembra que, ao contrário das despesas com médicos, dentistas e outros profissionais da saúde, os gastos efetuados com cuidadores ainda não são dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda, conforme a legislação atual. Na visão do senador, a adoção da medida resultará em alívio aos orçamentos das pessoas idosas com incapacidade e de suas famílias.

O projeto recebeu voto favorável do relator, senador Paulo Davim (PV-RN), que destacou a importância do trabalho do cuidador para evitar que o idoso sofra uma queda ou tenha outros problemas que possam debilitar sua condição ou mesmo resultar em internações hospitalares.

- Sairá muito mais barato para o Estado permitir o abatimento dos gastos com os cuidadores de idosos, do que facilitar um acidente doméstico, que é muito frequente, e aí sim esse idoso vai ocupar o leito de UTI e os gastos serão muito maiores. É o tipo de matéria que favorece o Estado e economiza para os cofres públicos - frisou o relator.

Na discussão da proposta, a senadora Ana Rita (PT-ES) lembrou que além de atividades como administrar medicações e ajudar nas tarefas diárias, os cuidadores fazem companhia aos idosos.

- As famílias trabalham fora, o idoso está vivendo mais e não pode viver em casa só ou com alguém que não é preparado para isso. [O cuidador] é alguém que também faz companhia e que evita que o idoso entre em um processo de depressão por falta de ter com quem dialogar - disse.

Para a parlamentar, é justo que as famílias possam deduzir do imposto de renda as despesas com esse profissional. A proposição também recebeu apoio de Cyro Miranda (PSDB-GO), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Fonte: www.issuenoticia.com.br

COTIDIANO / SAÚDE EM CUIABÁ

Terça, 15 de abril de 2014, 17h15

Após greve dos anestesistas, Prefeitura de Cuiabá paga salários atrasados

De acordo com profissionais, prefeitura vinha atrasando pagamento desde 2013

DOUGLAS TRIELLI
DA REDAÇÃO

Os médicos anestesiológicos que trabalham no Pronto-Socorro de Cuiabá tiveram, nesta terça-feira (15), os salários quitados pela Prefeitura de Cuiabá. Os profissionais estavam em greve devido a um atraso de três meses no salário.

De acordo com a prefeitura, o valor total pago, referente aos meses de janeiro, fevereiro e março, foi de R\$ 474.872,34. Com isso, os profissionais já estão em atendimento desde às 13h de hoje.

Somente neste ano, esta foi a terceira vez em que a classe suspendeu parte dos trabalhos. Em entrevista ao **Isso É Notícia**, a gerente da Cooperativa de Médicos Anestesistas do Estado de Mato Grosso (Coopanest-MT), Flávia Maria Fernandes, havia dito que a greve era devido a uma promessa de pagamento que não se cumpriu.

Durante a paralisação, dez cirurgias agendadas no HPSMC chegaram de ser canceladas. O hospital estava sendo realizando apenas procedimentos cirúrgicos de urgência e emergência.

Embora continue atuando na Capital, o contrato da Cooperativa terminou no início de novembro de 2013 e, desde então, conforme a classe, os salários não estavam sendo pagos de maneira correta.

Em nota, a prefeitura afirmou que a licitação para contratação de empresa que irá prestar o serviço de anestesiologia ao HPSMC será realizada no dia 29 de abril. Até lá, a Coopaneest/MT permanecerá atendendo no hospital. A empresa confirmou que irá concorrer à licitação.

Falta de farmacêuticos

Outro problema enfrentado pelo Pronto-Socorro de Cuiabá foi a falta de farmacêuticos. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso notificou, no último dia 27 de março, a Prefeitura de Cuiabá e a Secretária Municipal de Saúde para que no prazo de 180 dias seja implantado um número necessário de profissionais farmacêuticos em atividade na unidade de saúde.

Assinado pelo Promotor de Justiça Alexandre de Matos Guedes, a notificação foi expedida com base nas visitas realizadas na unidade, onde foi constatado que a farmácia estava funcionando de forma irregular, sem registro e também sem farmacêutico responsável anotado junto ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso (CRF/MT), além do fato de que, segundo a vistoria, só havia uma farmacêutica no turno da tarde.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quarta feira, 16 de abril de 2014 Edição nº 13870 16/04/2014

MT PREV

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Proposta de compensação da União deve ser descartada

Da Reportagem

A proposta do deputado estadual José Riva (PSD) para que o projeto que unifica o sistema de previdência de Mato Grosso e cria o MT Prev preveja um aporte financeiro do governo federal deve ser descartada pela Assembleia Legislativa.

O social-democrata havia sugerido que a União destinasse ao fundo uma espécie de compensação pelas perdas geradas ao Estado pela Lei Kandir, avaliadas em R\$ 2 bilhões ao ano.

Segundo o relator do projeto do MT Prev no Legislativo estadual, deputado Alexandre César (PT), no entanto, o assunto foge às atribuições da AL, embora pudesse garantir uma estrutura mais sólida para o novo regime de previdência.

Em reunião na tarde desta terça-feira (15) para debater o projeto, a Comissão Especial criada para analisá-lo avançou em dois pontos, segundo o petista: quanto a quem cabe a concessão das aposentadorias e o segundo quanto à manutenção do sistema de contribuição patronal.

Ambos eram alvos de polêmica. Havia receio de que a previdência fosse responsável por fazer a aposentadoria ou conceder pensões, principalmente, por parte dos magistrados, que temiam uma barreira à autonomia dos Poderes e instituições do governo.

Segundo Alexandre César, neste ponto foi decidido pela criação de um sistema que permita a participação do MT Prev no processo de aposentadoria, mas sem que a autarquia exerça uma gerência sobre os Poderes. Foi estabelecido ainda salvaguardas para casos de alterações futuras neste sentido.

Quanto à manutenção do sistema, por meio da contribuição patronal, avançou-se para um formato que dá segurança para que, futuramente, não se cause desequilíbrios nas contas dos Poderes e das instituições autônomas.

Para dar celeridade nas discussões do projeto do MT Prev, outros dois encontros já foram agendados durante a reunião de ontem. O primeiro será no dia 23 (quarta-feira) para debater a estruturação da autarquia. O segundo, no dia 25 (sexta-feira), deve debater os recursos a serem usados no fundo.

Conforme Alexandre César, o projeto deve estar apto para a votação no fim do mês.

Apresentado no final do ano passado, esta é a segunda vez que ele é modificado. A primeira foi por iniciativa do próprio governo, tendo em vista que a primeira ideia, de criação de uma secretaria para administrar a nova previdência, não foi bem aceita pelos deputados.

O governo tem pressa na aprovação da proposta porque corre o risco de não conseguir a certidão negativa fornecida pelo Ministério da Previdência. Sem o documento, o Estado não consegue receber recursos da União, a não ser os repasses de fundo a fundo. (TA)

Fonte: www.midianews.com.br

Cotidiano / MEDICINA & SAÚDE

15.04.2014 | 22h00 - Atualizado em 15.04.2014 | 16h04

Tamanho do texto [A-](#) [A+](#)

Recente no Brasil, cirurgia fetal já salvou mais de uma centena de bebês

Operação com bebê no útero, realizada no 6º mês de gestação, evita sequelas cognitivas e motoras da mielomeningocele

DIVULGAÇÃO

[Clique para ampliar](#) 

DO IG SAÚDE

A primeira golfada de ar não entrou nos pequenos pulmões de Júlia, tampouco seu chorinho foi ouvido por seus pais quando a garota foi retirada do útero materno. Ainda não era a hora de nascer. Seriam apenas algumas horinhas para a chamada cirurgia fetal, procedimento essencial para que, quando o tempo certo de vir ao mundo chegasse, a menina pudesse crescer e se desenvolver conforme o esperado.

Fábia Damiani Marques estava no quinto mês de gestação quando, após uma ultrassonografia de rotina, foi informada de que seu neném não iria caminhar, comer por meio de sondas, teria problemas cognitivos sérios e, nas palavras que a mãe ouviu, 'vegetaria'. Resultado da mielomeningocele, uma má-formação que acontece ainda nas primeiras multiplicações celulares da gestação.

Julia com quatro meses de idade.

"É um defeito embrionário que ocorre antes mesmo de que a mulher tem consciência de que está grávida, de quatro a seis semanas de gestação, e que pode levar a uma desorganização do cérebro, da bexiga, levando à hidrocefalia – que obrigaria a criança a colocar válvulas para evitar retardo mental, além de causar danos motores para a criança" explica Antônio Fernandes Moron, professor titular do Departamento de Obstetrícia da (Unifesp), precursor do procedimento no Brasil e responsável pela cirurgia de Julia e de outras cem crianças.

Moron explica que a má formação gera uma espécie de 'bolsa' externa na coluna da criança, que concentra os nervos. A cirurgia – feita por meio de uma incisão na coluna do bebê - corrige essa má-formação e cura a criança de todas as sequelas, mas precisa ser feita entre a 24ª e a 26ª semana. Antes desse período, a pele do bebê ainda é muito frágil e, depois, o tamanho do bebê dificulta a 'devolução' dele ao útero.

Fábia foi submetida à cirurgia na 25ª semana, quatro semanas após o diagnóstico fatalista e que não foi seguido da explicação de que havia uma forma de intervenção. A sorte foi que, um tempo antes, Fábio, marido de Fábia, havia lido alguma coisa a respeito por acaso. Foi aí que fizeram contato com Moron, especializado em cirurgia fetal do Hospital Santa Joana, e agendaram a cirurgia.

Durante a intervenção, Júlia ficou cerca de 4 horas a 'céu aberto', como essa cirurgia também é chamada. Fábia ficou completamente sedada por conta uma anestesia geral e outra raquidiana - procedimento necessário para que o bebê fosse também anestesiado e não sentisse dor. Os médicos conseguem saber se o procedimento não está causando sofrimento ao feto por meio dos batimentos cardíacos. Se o coração acelerar, a criança está sentindo dor.

Elioenai Paes

Aos 2 anos, único traço da doença são os pés levemente tortos, que estão sendo corrigidos com bota ortopédica

Não foi o caso de Júlia. Quatro horas depois ela foi devolvida ao útero, com as costas devidamente fechadas (hoje a cicatriz tem cerca de 10 centímetros) e a mãe ficou em absoluto repouso. Quanto mais repouso fizesse, melhor seria para a filha. Além disso, Fábia não podia ter contrações, uma vez que seu útero havia sido aberto recentemente. Para isso, ela teve de tomar medicamentos para impedir alguma intercorrência.

A mãe seguiu à risca o repouso recomendado, ficando dois meses deitada. “Só levantava para ir ao banheiro e tomar um banho rápido. As refeições eram feitas na cama”, conta ela. Júlia nasceu com 33 semanas, tempo considerado bom para que seu organismo pudesse trabalhar na cicatrização da cirurgia.

Saudável, ela ficou na UTI por 20 dias, apenas para que os médicos pudessem cuidar dos últimos detalhes da cicatrização. Para exercitar o equilíbrio e a musculatura, começou a fazer fisioterapia com 40 dias de idade e continua a fazer, duas vezes por semana, até agora.

Hoje, com dois anos, Julia caminha. Com uma pelúcia da Minnie e o boneco Patati, ela brinca de empurrar um carrinho. Balbucia algumas palavras, como qualquer criança da sua idade. Mostra vários coelhos de pelúcia, aponta para as cenouras que eles carregam. Aprendeu as cores sem que seus pais a ensinassem. A única coisa que demonstra que a pequena passou por esse complexo procedimento é uma cicatriz de cerca de 10 centímetros nas costas e os pezinhos levemente curvados para o centro, condição que está sendo corrigida por meio de botas ortopédicas.

A outra “pendência” da cirurgia é a briga com o plano de saúde. Sem cobertura pelo SUS e após a recusa do convênio, a família gastou R\$100 mil no procedimento. O valor foi restituído judicialmente, mas a operadora recorreu e o processo corre no Tribunal de Justiça.

Cirurgia fetal no Brasil

A cirurgia fetal começou nos Estados Unidos em 1997. No Brasil, ela foi feita pela primeira vez em 2003, pelos cirurgiões Antônio Fernando Moron, obstetra, e Sergio Cavalheiro, neurocirurgião. Nesse mesmo ano, os médicos fizeram seis cirurgias. Os procedimentos, de sucesso, viraram motivo para uma tese de doutorado na Escola Paulista de Medicina (Unifesp), além de ter sido publicado em uma revista científica, relatando a evolução da criança da cirurgia até seus três anos.

O hiato de 2003 até 2011 se deu por conta de que os Estados Unidos estavam fazendo um estudo (MOMS – Management of Myelomeningocele Study) em que os especialistas pesquisavam se a cirurgia a 'cú aberto' era realmente mais eficiente do que aquela feita depois do nascimento da criança. Por questões éticas, o Brasil parou de fazer cirurgias fetais nesse meio tempo. “O estudo foi interrompido em 2010, pois as evidências de que a cirurgia fetal era muito melhor do que a outra eram enormes”, comenta Moron.

O caso de Julia é um sucesso completo. Em algumas situações, a criança não atinge esse mesmo desenvolvimento - pode ter pequenas sequelas motoras e cognitivas - mas é um quadro ainda muito vantajoso do que postergar a cirurgia para depois do nascimento.

Em 2011, a cirurgia voltou a ser feita no Hospital Santa Joana. Hoje, já foram realizadas mais de 100 cirurgias nesse hospital. E ela não vale somente para a mielomeningocele, má-formação que atinge uma a cada 1000 crianças. Também é possível resolver casos de tumores no pulmão e encefalocele.

“A cirurgia fetal não é mais uma cirurgia experimental, uma vez que houve o MOMS que comprovou a eficácia”, comemora Moron

Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

15/04/2014 - Anderson Acendino SES/MT

Saúde do Estado realiza capacitação de ouvidores do SUS



O Ministério da Saúde em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde, através da Ouvidoria de Gestão Estadual do SUS, realiza de 14 a 16 de abril, na Escola de Saúde Pública a Capacitação do Sistema Informatizado Ouvidor SUS.

A capacitação faz parte da política nacional de ouvidorias e tem como objetivo modernizar as ouvidorias municipais. O sistema é um instrumento informatizado que possibilita a disseminação de informações ao cidadão, registro e encaminhamento das suas manifestações, além de permitir a troca de informação entre os gestores do SUS.

O OuvidorSUS funciona como ferramenta para o recebimento, tratamento e monitoramento das reclamações, sugestões, solicitações, denúncias e elogios dos cidadãos, além da disseminação de informações em saúde. Criado exclusivamente para atender as ouvidorias do SUS, o serviço foi regulamentado, com a finalidade de ser uma ferramenta de descentralização de informação em saúde, para agilizar o processo de recebimento, encaminhamento, acompanhamento e respostas das manifestações recebidas, com gerenciamentos que auxiliem na melhoria contínua do serviço.

Segundo Eliane Ferreira Leão, o objetivo do treinamento é qualificar os profissionais para atuarem no sistema de forma prática e eficiente, além de fortalecer os serviços, visto que a Secretaria de Estado de Saúde tem apoiado os municípios para que isso se torne realidade.

Participam da capacitação ouvidores de 12 municípios do Estado.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / Jogos Olímpicos 2012

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A](#) [A](#) [A](#)

16/04/2014 - 01:51

Controle o histórico de sua saúde através do Medlike, aplicativo que monitora diversos eventos clínicos

R7

Segundo o PewResearch, 21% dos americanos monitoram um ou mais indicadores de sua saúde utilizando a tecnologia, sendo que 46% dizem que este tipo de monitoramento mudou a forma de encarar a manutenção de sua saúde ou da saúde de alguém que eles cuidam. As mudanças causadas pelo crescimento das plataformas móveis impactarão todos os players da indústria médica, facilitando o rápido acesso a informação e a comunicação. Pensando neste mercado, o Medlike, aplicativo que acompanha o histórico clínico do paciente, foi lançado com o objetivo de reunir, em um único app, o maior número de ferramentas de acompanhamento da saúde, com uma interface simples e multi-usuário.

O aplicativo chegou à App Store, para iPhone, e ao Google Play, para Smartphones com Android, no início de janeiro de 2014 com a possibilidade de monitorar nove tipos de eventos médicos: sintomas, consultas, exames, cirurgias, vacinas, medicamentos, IMC, pressão sanguínea e outros eventos recorrentes, como sessões de fisioterapia, por exemplo. Novos eventos, como ciclo menstrual, diagnósticos, variações de humor e anamnese neonatal estão em desenvolvimento, com estimativa de lançamento em maio de 2014.

A principal característica do Medlike é distribuir os eventos em uma timeline, facilitando a visualização e o acompanhamento de um ou mais perfis de usuário. Os eventos podem ser inseridos na agenda do Smartphone, é possível anexar fotos de exames e receituários, por exemplo, e as informações podem ser enviadas por e-mail para o médico. "O Medlike permite que o paciente tenha suas informações médicas sempre na palma da mão. Além disto, uma mãe pode monitorar a saúde de seus filhos, um filho que cuida do pai ou mãe idosos pode acompanhar o histórico clínico deles, tudo de forma muito simples", diz Eldes Saullo, sócio e criador da empresa. O app é gratuito, mas por tempo limitado.

O aplicativo recebeu investimento de 200 mil reais da aceleradora Rose Interact e já conta com 10 mil usuários.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / Brasil

16/04/2014 - 04:45

MPDF pede esclarecimentos sobre queda de tenda da Secretaria de Saúde do DF

R7

A Prosus (Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde) solicitou à SES-DF (Secretaria de Saúde do Distrito Federal) documentos e informações sobre as Carretas da Saúde/Oftalmológica. A ação é motivada pelo grave acidente ocorrido, no último dia 10, em Ceilândia (DF), e também em razão de infrações sanitárias divulgadas em relatório de inspeção encaminhado pelo CRM (Conselho Regional de Medicina).

À SES-DF, foi solicitado pela Prosus que envie cópia de atestados e alvarás de funcionamento, quantas carretas foram contratadas, o local em que foram prestados os serviços, dentre outras informações. O documento foi assinado em conjunto com o Ministério Público de Contas e precisa ser respondido pela Secretaria até o dia 17 de abril.

Vigilância

Sanitária

No último dia 9, a Promotoria de Justiça requisitou à Divisa (Diretoria de Vigilância Sanitária) o encaminhamento de relatório de vistoria de todas as carretas da saúde do DF, tendo em vista informações do CRM que após vistoria identificou irregularidades nos procedimentos cirúrgicos realizados em uma das carretas oftalmológicas.

De acordo com Marisa Isar, promotora de Justiça, O pedido do MPDFT foi solicitado antes do grave acidente ocorrido com a carreta em Ceilândia. No entanto, a Vigilância Sanitária ainda estava no prazo legal para encaminhar informações.

Diante do acidente, o MPDFT fez um aditamento do ofício 225/2014, enviado à Divisa, e

solicitou que o objeto da inspeção fosse estendido aos equipamentos e à estrutura montada para a realização dos atendimentos oftalmológicos e ao cumprimento das normas da Anvisa, mais especificamente a Resolução Colegiada nº 50.

A Prosus também solicitou, por meio do ofício 251/2014, informações sobre as providências adotadas pela Vigilância Sanitária para adequar as carretas às exigências do órgão fiscalizador.

Conselho Regional de Medicina

O CRM realizou vistoria e apontou, de acordo com relatório 323/2013, de 4 de abril, fatos gravíssimos envolvendo a qualidade e a segurança do atendimento oftalmológico prestado à população pelo serviço da Carreta Oftalmológica. O documento, ainda, relata a falta de condições para o exercício adequado e seguro da medicina.

Diante do exposto, a Prosus solicitou esclarecimentos ao CRM, por meio do ofício 252/2014, sobre quais sanções foram adotadas pelo Conselho e a razão pela qual não foi decretada a interdição ética do estabelecimento.

Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

16/04/2014 - Anderson Acendino Assessoria SES/MT



Estado divulga dados de dengue de 1 de janeiro a 16 de abril de 2014



De acordo com os dados do SINAN online, de 1º janeiro a 16 de abril de 2014, o Estado de Mato Grosso registrou 4.740 casos notificados de dengue, sendo que o Estado registrou 06 ocorrências de óbitos com 04 que estão em investigação (01 Alta Floresta, 01 Cuiabá, 01 Várzea Grande e 01 em Lucas do Rio Verde) e 02 confirmados (01 em Sinop e 01 em Rondonópolis).

Cuiabá registrou 494 casos, Rondonópolis 326 casos, Sinop 1.170 casos e Várzea Grande 206 casos.

No ano de 2013 as notificações no mesmo período foram de 30.758 casos notificados no Estado.

CUIDADOS - Combata os focos do mosquito em sua casa, seguindo as seguintes orientações: Limpe calha dos telhados; limpe os pratinhos dos vasos de plantas; mantenha piscinas limpas; não deixe formar poças d'água; elimine qualquer tipo de material que possa acumular água; garrafas ou recipientes sempre virados de boca para baixo; pneus mantidos em locais cobertos para não acumular água; tampe bem as caixas d'água e os poços.